

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Claete Almeida Aida

**A experiência da criação da Associação de Pais,
Mestres e Comunidade (APMC), na Escola Municipal
São Francisco das Chagas, comunidade Nova
Criatura, Rio Juma, Autazes, Amazonas**

Taubaté – SP

2021

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ

Claete Almeida Aida

**A experiência da criação da Associação de Pais,
Mestres e Comunidade (APMC), na Escola Municipal
São Francisco das Chagas, comunidade Nova
Criatura, Rio Juma, Autazes, Amazonas**

Monografia apresentada para
obtenção do Título de
Licenciatura pelo Curso de
Pedagogia do Departamento de
Pedagogia da Universidade de
Taubaté,

Orientador: Prof. Dr. Mauro
Castilho Gonçalves

Taubaté - SP

2021

**SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS – SIBi
GRUPO ESPECIAL DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO – GETI
UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

A288e Aida, Claete Almeida

A experiência da criação da Associação de Pais, Mestres e Comunidade (APMC), na Escola São Francisco das Chagas, comunidade Nova Criatura, Rio Juma, Autazes, Amazonas / Claete Almeida Aida. --2021

50 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté, Departamento de Pedagogia, 2021.

Orientação: Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves, Instituto Básico de Humanidades.

1. APM. 2. Gestão escolar. 3. Comunidades. 4. Amazonas.
I. Universidade de Taubaté. Departamento de Pedagogia. Curso de Pedagogia. II. Título.

CDD – 370

CLAETE ALMEIDA AIDA

A EXPERIÊNCIA DA CRIAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS,
MESTRES E COMUNIDADE (APMC), NA ESCOLA MUNICIPAL SÃO
FRANCISCO DAS CHAGAS, COMUNIDADE NOVA CRIATURA, RIO
JUMA, AUTAZES, AMAZONAS

Monografia apresentada para
obtenção do Título de
Licenciatura pelo Curso de
Pedagogia do Departamento de
Pedagogia da Universidade de
Taubaté,

Orientador: Prof. Dr. Mauro
Castilho Gonçalves

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Mauro Castilho Gonçalves
Taubaté

Universidade de

Assinatura _____

Prof. Me. César Augusto Eugênio
Taubaté

Universidade de

Assinatura _____

Prof. Esp. Azael de Oliveira Silva

Secretaria de Educação
de Santa Catarina

Assinatura _____

Dedico este trabalho aos alunos, funcionários da escola São Francisco das Chagas, Rio Juma.

Ao meu namorado Fábio Gessulo por todo apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

As moradoras dona Franciete Ferreira Alves e a dona Francisca presidente da comunidade que estendeu a sua casa para eu morar.

A minha irmã Carla Ayda e a minha sobrinha Hadygge Ayda que me dava suporte constantemente e preparava meu alimento para a viagem, afinal, são horas navegando à barco pelo Rio Juma da cidade até a comunidade.

A todos os meus amigos e parceiros que me ajudaram direta ou indiretamente na conclusão desse trabalho.

Aos professores e funcionários da Universidade de Taubaté, por todo respeito e dedicação recebida durante período que estudei na instituição.

E um agradecimento em especial a Prof^a Mauro Castilho Gonçalves, por contribuir muito para minha formação acadêmica e profissional.

RESUMO

O presente estudo tem como objeto de pesquisa a criação e o papel da Associação de Pais, Mestres (APM) nos processos decisórios na escola e no processo ensino aprendizagem da Escola Municipal São Francisco das Chagas localizada na comunidade Nova Criatura, no município de Autazes, no estado do Amazonas. Para o desenvolvimento do trabalho, a metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, além da análise da legislação vigente. Recorreu-se ainda a uma pesquisa de campo, uma visita à instituição escolar realizada em janeiro do ano de 2021, por meio da pesquisa documental mediante observação das atas da APM, foi possível compreender sua origem e trajetória histórica. Com análise documental específica identificou-se as evidências da participação da APM e o cumprimento de suas devidas funções na prática, além de observar a colaboração da comunidade com a gestão escolar nas tomadas de decisões, ressaltando grande importância para o desenvolvimento democrático dentro do contexto escolar.

Palavras-chave: APM, gestão escolar, comunidade, Amazonas.

ABSTRACT

This study has as its object of research the creation and role of the Association of Parents and Teachers (APM) in decision-making processes at school and in the teaching-learning process of the São Francisco das Chagas Municipal School located in Nova Criatura. community, in the municipality of Autazes, in the state of Amazonas. For the development of the work, the methodology used was the bibliographical research, in addition to the analysis of the current legislation. It was also resorted to a field research, a visit to the school institution held in January 2021, through documentary research through observation of the minutes of the APM, it was possible to understand its origin and historical trajectory. With specific document analysis, evidence of the participation of the APM and the fulfillment of its duties in practice was identified, in addition to observing the collaboration of the community with the school management in decision-making, highlighting the great importance for democratic development within the school context.

Keywords: APM, school management, community, Amazon.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Escola Municipal São Francisco das Chagas, Autazes, AM. Foto de Fabio Gessullo	11
Figura 2: Município de Autazes, AM. Google Maps, 2021	23
Figura 3: Moradia de madeira elevada típica de ribeirinhos no AM. Foto de Fabio Gessullo	24
Figura 4: Barco de madeira e motor de rabeta muito comum na região do AM. Foto de Fabio Gessullo	25
Figura 5: típico café da manha do AM, com melancia, ovos fritos, banana da terra frita, tapioca, cara e frios. Foto de Fabio Gessullo	26
Figura 6: a pesca esportiva na época de seca representa importante fonte de renda. Foto de Fabio Gessullo	28
Figura 7: Escola Municipal São Francisco das Chagas. Google Maps, 2021	29
Figura 8: Rifas e doações para ajudar no levantamento de verbas para cobrir custos operacionais. Foto Claete Almeida Aida	37
Figuras 9: Melhorias na escola após receber recursos do PDE. Foto Claete Almeida Aida	38
Figuras 10: Melhorias na escola após receber recursos do PDE. Foto Claete Almeida Aida	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
ESCOLA E COMUNIDADE: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA	15
COMUNIDADE NOVA CRIATURA, AUTAZES, AM	23
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)	31
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41
ANEXOS	44

1 INTRODUÇÃO

Mudar a visão de uma escola pública implica em ouvir meninos e meninas, comunidade do bairro, pais, mães, diretoras, dirigentes de ensino, professores, supervisores, zeladores, merendeiras, mexer na infraestrutura escolar.

A Associação de Pais, Mestres e Comunidade (APMC) é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Atualmente, sua principal função é atuar, em conjunto do Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

A dura realidade das escolas da zona rural de Autazes, Amazonas, motivou o desenvolvimento deste trabalho, compreender o papel da APMC da Escola Municipal São Francisco das Chagas localizada na comunidade Nova Criatura, Rio Juma no município de Autazes, Amazonas nos processos decisórios na escola e no processo ensino aprendizagem, pois foi observada a falta de estrutura na escola onde os estudantes se encontravam, como falta de carteiras escolares, salas de aula precárias, falta de estrutura adequada para os professores, questão de saneamento básico ausente era bastante regular, o transporte escolar são os barqueiros os condutores, buscando os alunos em suas casas ou no porto através dos rios e ainda uma caminhada pela estrada de terra para chegar à escola.



(Figura 1: Escola Municipal São Francisco das Chagas, Autazes, AM. Foto de Fabio Gessullo)

Há muitos obstáculos de toda ordem retardando a ação transformadora, o amontoado de papéis tomando o nosso tempo, os mecanismos administrativos emperrando a marcha dos projetos.

A escola e a comunidade são parceiras de caminhada, pois ambas são responsáveis pelo que produz podendo reforçar ou contrariar a influência uma da outra. Elas criam através da educação, uma força para superar as suas dificuldades, construindo uma identidade própria e coletiva, atuando juntas como agentes do desenvolvimento educacional.

É impossível colocar à parte escola, família e comunidade, pois se o indivíduo é aluno, filho e cidadão ao mesmo tempo, a tarefa de ensinar não compete apenas à escola, porque através da família, dos amigos e das pessoas que ele considera importantes, e os meios de comunicação do dia-a-dia, o aluno também aprende. Sendo assim, é preciso que professores, família e sociedade tenham claro que a escola precisa contar com participação de todos. Isto vem sendo posto em prática nas escolas, os eventos e festividades realizados, além de trazer recursos para agilizar pequenos projetos dentro do

espaço escolar, ela sabiamente promove a participação dos pais e comunidade, aliando o útil ao agradável dentro do âmbito escolar.

A Escola Municipal São Francisco das Chagas, localizada na comunidade Nova Criatura do município de Autazes, Amazonas leva se em conta muitos desafios na perspectiva educacional e a população local tem sua origem étnica na mistura de índios, negros e brancos. Vivem do extrativismo da mata, do manejo da terra e da pesca nos rios. Possuem um modo de vida bem específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos.

A realidade dessa população é bastante distinta dos outros demais estados brasileiros. De acordo com fontes do site IBGE (2021), o município de Autazes, AM possui área territorial de 7.652,852 km² com população estimada de 40.290. As margens de cursos d'água, ocupações espontâneas, assentamentos urbanos e rurais, terras indígenas e unidades de conservação são os principais locais de habitação dessas pessoas, e os acessos à pavimentação se dão por via fluvial e/ou terrestres (rodovias, ruas, estradas e ramais) (CANALEZ et al., 2017).

A agricultura na área, assim como no estado, está baseada em atividades de cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo (pesca, caça, coleta de sementes, de fibras, de cipós, de frutos). A vida amazônica está associada às florestas e às águas e as terras (FRAXE et. al., 2007). A população da área de estudo é formada por moradores da região do município de Autazes, AM que manejam o agro ecossistema cultivando e criando pequenos animais, fazendo extrativismo de fauna (caça de sobrevivência e a pesca), de flora (castanha do Brasil, cipós, palhas, madeira) e do artesanato e turismo (NODA, 2007).

O Rio Juma atua como importante recurso para a população local, fornecendo transporte e sua fauna como alimento. Os recursos dessa comunidade são voltados para sua própria subsistência, a mão de obra é familiar e a falta de políticas públicas afeta a saúde e a educação.

A garantia de serviços públicos considerados essenciais é a principal dificuldade dessas populações em usufruir uma vida digna. Faltam políticas de acessibilidade no transporte. Em localidades mais afastadas ou de difícil

acesso, os alunos são deslocados enfrentando uma longa viagem de barco, jangadas ou canoas, um meio de transporte fluvial, além de horas de caminhada na estrada de terra (PORTAL DO AMAZONAS, 2015).

Diante do exposto, uma Associação de Pais e Mestres cumpre um papel importante nos processos decisórios do ensino aprendizagem nas escolas de todo estado do Amazonas, na comunidade de Nova Criatura, não é diferente e conta com muitos desafios, porém bastantes inspiradores para realidade escolar de outras instituições de ensino pelo país.

Usando-se à pesquisa bibliográfica e análise da legislação vigente, este trabalho recorreu-se ainda uma pesquisa e documental mediante a observação do estatuto e de atas da APM da instituição de ensino da rede pública. Por meio da revisão de literatura foi possível compreender a origem da APM no contexto da gestão escolar, bem como a trajetória histórica que definiu suas funções ao longo do tempo, que resultou na ampliação do processo de integração famíliaescola-comunidade. Com a análise documental específica identificou-se as evidências da participação da APM e o cumprimento de suas devidas funções. Com responsabilidade de oportunizar condições para sua comunidade construir conhecimentos, atitudes e valores, a escola vem contribuindo na formação de cidadãos críticos, éticos e participativos nos contextos que integram (BRASIL, 2004).

O desafio é fornecer educação e informação para toda a vida, para romper seus muros e consolidar ações em um contexto participativo, que requer uma política capaz de contribuir na condução do pleno desenvolvimento educacional (BEZERRA et. al., 2010).

Abrir discussão na gestão democrática na perspectiva educacional significa tomar referência como: uma direção escolar que partilha e distribui poder de forma linear; que os membros da comunidade escolar entendam-se como sujeitos de direitos e ativos para compartilhar decisões coletivas; que esses espaços de direitos se efetivem, nas instâncias colegiadas dentro das escolas públicas; o respaldo legal de formar uma Associação de Pais e Mestres (APM) (BALIEIRO, 2016).

Essa instância colegiada, a qual usa nomenclatura APM é composta por pais, professores e funcionários. É um grupo que possui documentos

orientadores próprios, seus estatutos, os quais conduzem seu funcionamento como entidades representativas da comunidade escolar. Esse colegiado de representação realiza reuniões ou assembleias, nas quais os integrantes, segundo esses documentos norteadores, planejam e discutem a efetivação de ações vinculadas ao projeto político pedagógico das escolas (BALIEIRO, 2016).

Após vinte anos da elaboração do princípio maior da educação brasileira LDBN 9394/96 que consistiu na aprovação das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, constata-se que houve grande preocupação em buscar uma educação de qualidade, sob uma atmosfera democrática e de ampla participação da comunidade escolar. Sob esse contexto, incumbiu-se a Associação de Pais e Mestres e o Conselho de Escola como instâncias responsáveis por protagonizar uma gestão escolar democrática, compartilhada e calcada na promoção do processo ensino aprendizagem (BALIEIRO, 2016).

Sendo assim, este trabalho se propôs a compreender o papel da APM da Escola Municipal São Francisco das Chagas localizada na comunidade Nova Criatura, Rio Juma no município de Autazes, Amazonas nos processos decisórios na escola e no processo ensino aprendizagem.

O texto está estruturado em três capítulos. No primeiro, são abordadas as relações entre escola e comunidade e de que forma tais conexões são ressaltadas no processo de aprendizagem dos alunos e no sucesso de um projeto pedagógico mais amplo. O segundo capítulo, explora as peculiaridades da comunidade Nova Criatura, em Autazes, município do Amazonas. Aqui são apontadas e analisadas as condições objetivas que constituem a realidade na qual a escola está inserida. Por último, na terceira sessão, são apresentados elementos que compõem e caracterizam o objeto da pesquisa em tela: a Associação de Pais e Mestres (APM), criada na e pela escola e que se tornou o epicentro da atuação dos seus principais atores. São destacados os processos de tensão, dificuldades, bem como as conquistas, que se efetivaram a partir de um intenso trabalho comunitário.

2 ESCOLA E COMUNIDADE: UMA RELAÇÃO NECESSÁRIA

Toda e qualquer instituição de ensino tem por objetivo a aprendizagem do aluno, pois é nele que as práticas escolares se realizam de forma positiva ou negativa. Assim sendo, a família também desenvolve um papel importante, podendo ou não contribuir para a aprendizagem de seus filhos. Tanto o contexto familiar como o escolar tem o papel de desenvolver a sociabilidade, a afetividade e o bem estar físico dos alunos. Por isso é interessante realizar um estudo de como a relação de escola e comunidade afeta o processo ensino-aprendizagem dos alunos para uma educação de qualidade.

Libâneo define educação como:

Conjunto de ações, processos, influências, estruturas que intervêm no desenvolvimento humano de indivíduos e grupo na relação ativa com o ambiente natural e social, num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2000, p.22).

E para discutir sobre as relações da escola com a comunidade referente aos projetos de educação é preciso, antes de tudo, conceituar duas temáticas que se cruzam no desenvolvimento desse estudo: escola e comunidade.

Passaremos a defini-las.

A escola é considerada por muitos autores na área, como uma das mais importantes instituições de socialização da criança onde seus comportamentos passam a ser regulados em função de regras coletivas. É na escola que a justiça se faz conhecer como uma forma coletiva de imposição de regras a um grupo de alunos. Ou seja, crianças podem vir a conhecer as regras da justiça e as maneiras de impô-las por meio dos procedimentos e vivências escolares (MENIN, 2002).

A escola se constitui em um dos principais meios que a criança se socializa, assim, exerce uma função primordial, trata-se do espaço onde a criança irá interagir com outros adquirindo conhecimentos e sentimentos (ELALI, 2003).

Conforme Goergen (2001) a escola, velada ou explicitamente, querendo ou não, exerce efetivamente a função de formadora moral dos

alunos. Essa formação se dá tanto por meio de valores intelectuais quanto por valores de convivência. Para o autor, a escola deve planejar as formas de educar moralmente seus alunos, pois ela tem sua especificidade na reflexão crítica.

No ambiente escolar o aluno passa parte de sua vida não somente recebendo conhecimentos teóricos, mas se sociabilizando com as demais pessoas que estão presentes nesse ambiente. Deste modo, o espaço escolar deve ser estruturado de forma que atenda todas as necessidades do aluno, sejam elas sociais, cognitivas ou motoras.

A infraestrutura da escola deve sempre considerar o tipo de atividade que será executada na mesma, haja vista que de acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

O estado tem o dever de garantir padrões mínimo de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem (BRASIL, 1999, p.40).

É possível considerar o ambiente escolar como um espaço gerador de curiosidade, de aprendizagem. Elali (2003) ampliou o conceito de aula, afirmando que esta ultrapassa as paredes da escola, promover trabalhos em grupos e incentivar à prática de produzir material didático como atividade discente, evidenciava a relevância de maiores espaços, de maiores mesas de trabalho e uso de equipamentos atualizados para reprodução de texto.

Para Elali (2003) o espaço escolar exerce grande importância no desenvolvimento da aprendizagem, uma vez que é nele que acontecem as relações entre pessoas e ambiente, sendo, desta forma, essencial a preocupação com a definição dos ambientes que contribuem para a formação da identidade e das competências desenvolvidas individualmente.

Moura (2006) elucida que as escolas oferecem aos seus alunos apenas espaço físico, sem observar se tal espaço adéqua ao tipo de atividade a ser exercida e ao local em que foi instalado, com isso, limita a função social da escola. Diante do exposto, deve-se atentar para a necessidade diária do aluno de permanecer durante um bom período de seu tempo na escola, portanto, o local deve oferecer conforto ao mesmo, proporcionando um

ambiente que possa promover uma melhor qualidade de ensino, aprendizagem e convívio social.

Além do espaço escolar, a escola consiste um lugar de inúmeras e diversificadas práticas e elos com a comunidade, as quais estão em permanente movimento em seu cotidiano.

Sobre o termo comunidade, ao tomarmos o dicionário Aurélio (HOLANDA, 2010) temos a seguinte descrição “Estado do que é comum; paridade; comunhão, identidade: comunidade de sentimentos. Sociologia: Agrupamento social que se caracteriza por acentuada coesão baseada no consenso espontâneo dos indivíduos que o constituem”. O termo comunidade, portanto, é entendido como algo público, compartilhado e que transcende a questão espacial; está ligado, ainda, com a construção da identidade e dos valores. Embora reconhecido que com o desenvolvimento da sociedade globalizada é difícil se pensar numa comunidade que se limite aos arredores da escola, consideramos que é nesse espaço que se apresentam as particularidades do grupo de alunos que a frequentam, assim, hipotetizamos que o entorno escolar ainda possui seu poder de marcar fortemente a escola e os alunos de diversos modos.

Desse modo, a escola pode ser marcada por diversos elementos do meio em que se insere, tais como: associação de pais, associação de bairro, igrejas, iniciativas de instituições municipais próximas à escola, entre outros.

A relação família e escola traz à comunidade escolar um compromisso mais efetivo, onde é exposta a necessidade de gerir a escola com base nas representações de os segmentos dela, exigindo do mesmo compromisso com a participação de todos, construindo, assim, uma escola participativa.

De acordo com Spósito (2001) para que de fato ocorra a participação escolar deve-se contar com toda a comunidade escolar, esta que envolve docentes, alunos, pais, moradores, movimentos populares e sindicais, devendo também haver práticas administrativas compartilhadas.

É preciso lembrar que as propostas de aproximação da escola com a população que a rodeia que pouco se alteraram ao longo do tempo, apesar e aparecerem revestidas de explicações mais modernas como ideias de carência cultural, e a necessidade de melhorar o nível cultural da família

carente. A defesa da participação popular no âmbito escolar exige explicações clara de outros pressupostos por parte daqueles que o defendem, tais como: o caráter público e o caráter dessa participação. É também necessário agrupar as práticas representativas com práticas de democracia direta, no sentido da ampliação do espaço de discussão e decisão.

A família tem uma forte influência no processo de aperfeiçoamento da criança dentro da sociedade, pois é com ela que ocorre os primeiros contatos da criança. Os pais tem uma sobrecarga adicional em vários aspectos de sua dinâmica individual e familiar, especialmente no que tange aos aspectos psicológicos, sociais, financeiros, e às atividades de cuidado da criança (SHAPIRO et. al., 1998).

Nesse contexto, a criação de canais institucionais com capacidade de viabilizar essa participação dos pais com a escola é de suma importância. Aos pais e moradores que interagem a comunidade escolar cabe apenas a colaboração na representação de pequenos serviços, a contribuição financeira ou a responsabilidade de assumir penas disciplinares compartilhados com professores e direção, considerando que atividade educativa torna-se tarefa cada vez mais complexa.

A primeira relação que a escola pode manter com a comunidade é por meio da abertura das escolas para que elas sejam transformadas em centros de cultura para a comunidade do entorno. Esse tipo de prática já vem ocorrendo nas escolas públicas estaduais paulistas, por meio do já citado programa desenvolvido no estado de São Paulo, com o apoio da UNESCO, o “Escola Aberta”, que tem como intuito abrir a escola nos fins de semana para que os membros da comunidade possam usufruir do seu espaço físico.

Nesse tipo de relação, a ênfase é dada ao espaço físico da escola, suas instalações e ambientes. Se a relação se restringir a proporcionar aos membros da comunidade o espaço físico da escola, não podemos garantir que, nesse caso, há uma troca interpessoal entre os agentes escolares e os membros da comunidade.

Mas, ainda assim, podemos afirmar que essa relação é benéfica, pois a escola, em alguns casos, conta com um espaço privilegiado para as ações sociais educativas, como bibliotecas, amplo espaço físico, quadras e outros

espaços. Além disso, em muitos casos, a escola está localizada em um bairro em que é a única instituição pública e, por esse motivo, deveria oferecer oficinas, formação cultural e lazer para todos os membros da comunidade do entorno.

Para que essa relação seja possível, é necessária uma profunda transformação na escola, com maiores investimentos em funcionários e adequações físicas para receber um maior número de pessoas (DELVAL, 2006).

A segunda relação possível entre escola e comunidade refere-se às contribuições culturais dos membros da comunidade nas atividades escolares. Essa relação é defendida por autores (BEZERRA et al., 2010; CORTINA, 2003; MEDIONI, 2002; RIBEIRO et al., 2005) que discutem a Educação Moral ou as relações entre escola e comunidade.

Para Ribeiro et al. (2005), é necessário o reconhecimento do ponto de vista dos membros da comunidade, pais e escola para que possam lutar juntos por uma escola de melhor qualidade.

À medida que se reconhece a legitimidade dos pontos de vista de todos esses atores, além de sua capacidade de refletir e de seu direito de participar das decisões, é preciso buscar métodos de avaliação que fomentem o debate coletivo e a atribuição de valor com base na negociação entre os diferentes. Entender ainda que o envolvimento dos agentes escolares e das comunidades é condição essencial para que se produzam mudanças na realidade educacional do país, torna-se necessário fortalecer sua capacidade de refletir sobre o cotidiano e suas conexões com as problemáticas mais gerais dos sistemas de ensino (RIBEIRO et. al, 2005, p. 233).

A educação que a criança recebe é primordial para a sua formação de personalidade, sendo a família essencial nesse processo de adaptação social e cultural, não se limitando a participação ao vínculo estabelecido entre pais e filhos e sim por meio de uma interação escolar que proporcionarão aos filhos que os pais colaboram na formação das crianças como indivíduos (WEBER, 2007).

As crianças sempre passaram muito mais tempo fora da escola do que dentro, sobretudo em seus primeiros anos. Antes de entrar em contato com seus professores, já experimentaram amplamente a influência educacional de seu entorno familiar e de seu meio social, que continuará

sendo determinado quando não decisivo durante a maior parte do ensino (SAVATER, 1998).

Desta forma, entende-se que a participação dos pais no contexto escolar influencia na construção do comportamento da criança, facilitando a resolução dos conflitos gerados pelos impulsos dos jovens em direção ao prazer imediato. Perrenoud (2000) afirma que a escola, com certeza, não quer que a família seja responsável pelos conteúdos dados, mas que estimule o filho em suas atividades. É uma parceria entre instituições distintas. O papel da família seria o de estimular no filho o comportamento de estudante e cidadão e o da escola seria orientar aos pais nos objetivos que a escola espera que o aluno atinja, e criar momentos para que essa integração aconteça.

“Aprendizagem exige participação, e quanto mais ativa a participação, tanto mais completa a aprendizagem” (SPERB, 1972). E nessa união quando o trabalho é bem feito a tendência é só crescer. A escola é a vida de cada um e tem como principal papel de preparar o aluno para situações que ele vai enfrentar futuramente.

Nenhuma escola deve funcionar como entidade segregada da comunidade. Pelo contrário, a escola é a comunidade em miniatura, porquanto os alunos representam a comunidade, em todas as suas classes sociais, religiosas e raciais. A escola não prepara para a vida, mas sim é a vida. Não basta dizer às crianças quais serão seus papéis e deveres na sua vida adulta. A escola deve oferecer desde já o ambiente em que a criança vive situações que lhe permitem aprendizagem daquilo que, em nossa cultura, deve saber. Aprender fazendo. Viver situações para aprender. Aprender pela experiência (SPERB, 1976).

Para que a escola consiga desenvolver um trabalho educativo eficiente, independente da estrutura familiar ou do tipo de educação que as crianças receberam, é de suma importância a participação, a presença e o apoio das famílias junto a instituição escolar.

A terceira relação entre escola e comunidade, sugerida por Delval (2006), refere-se ao aproveitamento do ambiente escolar como um laboratório em que os alunos aprendessem a analisar e sentirem-se corresponsáveis pelos problemas sociais e culturais da comunidade do entorno. Isto é, os problemas abordados na escola deveriam surgir da necessidade do entorno

escolar, sejam eles sociais, humanos ou territoriais, para que as discussões desses problemas superem o senso comum.

Esse tipo de relação normalmente torna a prática escolar significativa aos alunos, pois “[...] a atividade educativa deveria tomar como ponto de partida esses problemas de que se fala, que preocupam as pessoas, para procurar analisá-los e explicá-los com os recursos que são oferecidos pelas diferentes disciplinas” (DELVAL, 2006, p. 141). Assim, para o autor, uma das funções da escola é instruir os alunos a analisar os problemas de seu entorno baseados em conhecimentos acadêmicos, a fim de evitar preconceitos e crenças irracionais.

Por fim, a quarta e última relação entre escola e comunidade proposta por Delval (2006) refere-se ao papel da escola em oferecer soluções para os problemas que ocorrem na comunidade do entorno. Para o autor, a escola, além de receber contribuições dos membros da comunidade, deve propor alternativas para ajudar a resolver os problemas do entorno escolar:

Em primeiro lugar, ela pode contribuir oferecendo suas instalações e seus serviços a toda comunidade. Mas também pode contribuir promovendo discussões e colóquios sobre problemas suscitados no entorno oferecendo pontos de vistas, dados, além de proporcionar soluções a esses problemas externos, ou seja, sendo uma constituição ativa no meio social em que está inserida (DELVAL, 2006, p. 141).

Devemos destacar que essas relações devem ser construídas pela escola, pois é provável que a comunidade não tenha essas iniciativas. Além disso, Szymanski (2001) enfatiza que todo processo requer, acima de tudo, persistência, seja para resistir ao impulso de repetir hábitos arraigados, seja para efetivar novos procedimentos.

Ainda encontramos responsáveis presentes e participativos na educação escolar de seus filhos, sendo visível no desempenho das crianças na construção de aprendizagens. Esses responsáveis atuam de forma efetiva no auxílio de tarefas a serem feitas em casa, bem como comparecer na escola sem ser chamados, a fim de acompanhar o andamento do seu filho quanto à aprendizagem, a disciplina, ao relacionamento...

É perceptível, tanto no cotidiano escolar, quanto no convívio diário com crianças, que a presença da família é fundamental, pois desempenha papel incentivador aos alunos, complementando o trabalho realizado em aula.

O próximo capítulo, apresenta ao leitor as características da comunidade em que essa pesquisa elegeu como objeto central. Percorre-se, portanto, um caminho de apresentação da realidade de uma região cravada no coração do estado do Amazonas.

3 COMUNIDADE NOVA CRIATURA, AUTAZES, AM

A Amazônia é lugar de natureza privilegiada que ocupa uma diversidade de grupos étnicos e populações tradicionais. Sua floresta é a maior floresta tropical do mundo, mas ainda não existe consenso científico a respeito de seus limites físicos. Além da sua fauna e flora exuberante, é importante destacar a heterogeneidade social e cultural que cria um novo cenário das relações entre os homens que lá vivem e que para lá vão, e que demanda uma nova forma de entendimento acerca dessa realidade.

Neste capítulo vamos explorar as vivências e o dia-a-dia dos moradores de Nova Criatura, uma comunidade do município de Autazes, Amazonas.

A população de Autazes é caracterizada por ribeirinhos não indígenas e povos indígenas. De acordo com fontes do site IBGE (2020), o município de Autazes/AM possui área territorial de 7.652,852 km² com população estimada de 40.290. As margens de cursos d'água, ocupações espontâneas, assentamentos urbanos e não urbanos, terras indígenas e unidades de conservação são os principais locais de habitação da população, e os acessos à pavimentação se dão por via fluvial e/ou terrestres (rodovias, ruas, estradas e ramais) (CANALEZ et. al., 2017).



(Figura 2: Município de Autazes, AM. Google Maps, 2021)

No Amazonas os ribeirinhos têm sua origem étnica na mistura de índios, negros e brancos. Vivem em casas de palafitas, do extrativismo da mata, do manejo da terra e da pesca nos rios. As populações ribeirinhas possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura de produção baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando quando necessário (MENDONÇA et al., 2007). A agricultura na área, assim como no estado, está baseada em atividades de cultivos agrícolas, criação de animais, extrativismo (pesca, caça, coleta de sementes, de fibras, de cipós, de frutos). A vida amazônica está associada às florestas e às águas e as terras (FRAXE et. al., 2007).



(Figura 3: Moradia de madeira elevada típica de ribeirinhos no AM. Foto de Fabio Gessullo)

Ao falar em comunidade ribeirinha é importante lembrar que na Amazônia os rios são caminhos naturais, que andam e comportam-se de maneira desigual.

“Em seus leitos uns formam inumeráveis ilhas, outro são quais que totalmente desprovidos delas. Alguns apresentam trechos encachoeirados,

enquanto outros tem seu leito quase todo navegável” (FERRARINI, 2006, p. 23). A diferenciação de morfologia dos rios implica diferentes modos de vida nas comunidade ribeirinhas situadas as suas margens. É necessário adequar a vida à dinâmica dos rios.

O ciclo natural do nível da água dos rios dita os caminhos dos ribeirinhos. No período de chuvas, o nível do rio sobe, geralmente de Dezembro até Maio e de uma certa forma, facilita a movimentação entre cidades. No período da seca, de Julho até Outubro, o nível do rio desce, fecham-se caminhos, ilhas aparecem e o percurso do trajeto do barco chega a dobrar de tempo. Os meses de Novembro e Junho são meses de transição entre os períodos de cheia e seca.



(Figura 4: barco de madeira e motor de rabeta muito comum na região do AM. Foto de Fabio Gessullo)

Quando me refiro à vida em comunidades ribeirinhas estou fazendo alusão a uma realidade complexa e vivificada por sujeitos que ainda mantêm um modo de vida tradicional onde os conhecimentos socioculturais são efetivados basicamente pela oralidade.

Em todos os continentes, cada homem é uma nação feita de diversas nações. Uma dessas nações vive submersa e secundarizada pelo universo da escrita. Essa nação oculta chama-se oralidade. [...] a oralidade não é apenas um facto tipicamente africano, nem uma característica exclusiva daquilo que se chama erradamente de “povos indígenas”. A oralidade é um território universal, um tesouro rico de lógicas e sensibilidades que são resgatadas pela poesia (COUTO, 2011, p. 23).

O rio é considerado por eles o seu “amigo inseparável”. Dele retira-se parte dos alimentos. É na margem fértil do rio que suas plantações de subsistência são cultivadas. Ali as crianças se divertem, brincam, correm e nadam, sem conhecer os grandes centros urbanos. A mata também é considerada vital para os ribeirinhos, pois nesse espaço caçam e extraem a madeira para construção de suas casas (a maioria de palafita), para fabricação artesanal de ferramentas e para confecção de canoas. Por outro lado, ironicamente, o rio também é uma estrada pela qual viajam os ribeirinhos: quanto mais próximos dos centros urbanos os rios os conduzem, mais pobres e marginalizados se tornam; quanto mais longe distam deles, menos se conhece sobre sua identidade cultural. Essa situação é controversa e por isso precisa ser compreendida.

O Rio Juma atua como importante recurso para a população local, fornecendo transporte e sua fauna como alimento. Os recursos dessa comunidade são voltados para sua própria subsistência, a mão de obra é familiar e a falta de políticas públicas afeta a saúde pública e a educação.



(Figura 5: típico café da manha do AM, com melancia, ovos fritos, banana da terra frita, tapioca, cara e frios. Foto de Fabio Gessullo)

A comunidade aqui apresentada, parte da expressão exposta por Silva e Hespanhol (2016), “comunidade rural” que designa um grupo de pessoas que vive nas áreas rurais e que partilham dos mesmos eventos, tradições e costumes.

É preciso estudar os modos de vidas e a relação cultural com a natureza, para então, formá-los para que se tomem parte na solução dos seus problemas. Essa seria uma contribuição da escola para a comunidade. Dessa forma, as respostas para as questões não precisariam ser buscadas fora da sua localidade. Cabe à escola formar indivíduos que reflexivos, que olhem e compreendam criticamente o seu contexto; que se preocupem com o destino coletivo, com a equidade e justiça social; que saibam se posicionar diante dos desafios do mundo (OLIVA, 2000).

Para Bauman (2003, p. 7), “comunidade sugere uma coisa boa, é um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada [...]”.

Tönnies (1973) define comunidade como um grupo social caracterizado pelo envolvimento de seus membros com pessoas completas, unidas pelo compartilhamento de sentimentos e emoções e vivendo de forma íntima, privada e exclusiva. Assim concebida, a comunidade estaria representada pela família, pelos grupos de vizinhança, pela aldeia rural etc.

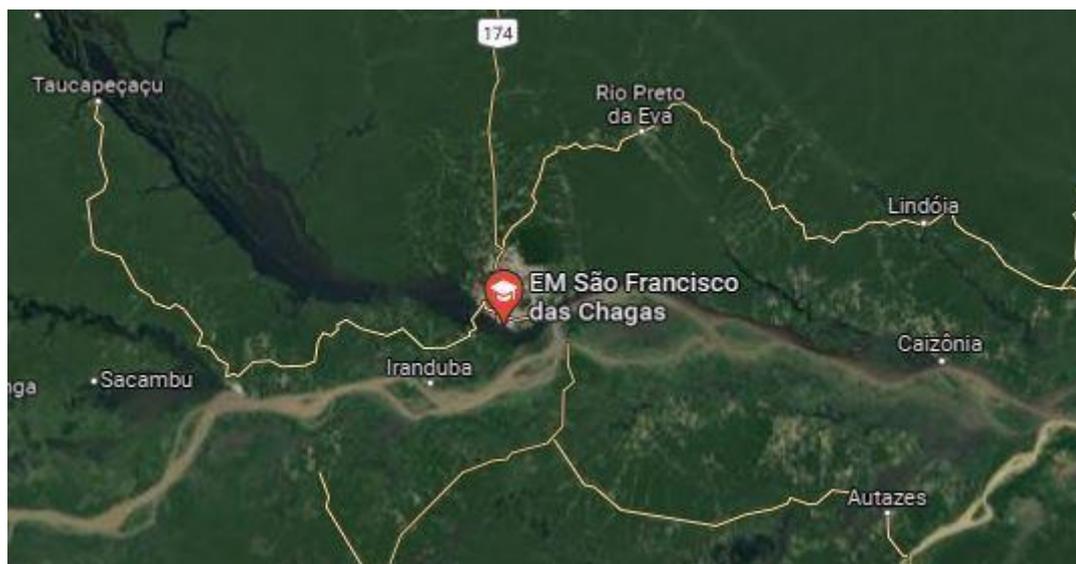
A população da área de estudo é formada por moradores da região do município de Autazes/AM que manejam os agroecossistemas cultivando e criando pequenos animais, fazendo extrativismo de fauna (caça de sobrevivência e a pesca) e de flora (castanha-do-Brasil, cipós, palhas, madeira) e do artesanato e turismo (NODA, 2007).



(Figura 6: a pesca esportiva na época de seca representa importante fonte de renda. Foto de Fabio Gessullo)

O que se apura também é a dificuldade dessas populações em usufruir garantias e serviços públicos considerados como essenciais para uma vida digna. Faltam políticas públicas de acessibilidade no transporte. Em localidades mais afastadas ou de difícil acesso, não há escolas rurais, fazendo com que os alunos sejam deslocados, enfrentando uma viagem de barco jangadas ou canoas, um meio de transporte fluvial, além de horas de caminhada na estrada de terra. (Portal do Amazonas, 2015).

A instituição em estudo neste trabalho, a Escola Municipal São Francisco das Chagas está localizada na comunidade de Nova Criatura, Rio Juma, na zona rural do município de Autazes (Figura 2). A cultura escolar do local preocupa-se mais com um ensino que não mudasse a cultura dos ribeirinhos, construindo sua identidade com o olhar voltado para sua localidade.



(Figura 7: Escola Municipal São Francisco das Chagas. Google Maps, 2021)

Além do uso de metodologias de ensino inadequadas, as escolas rurais do Estado do Amazonas enfrentam diversos problemas que limitam o acesso ao ensino de qualidade. Possuem infraestrutura precária, com espaços constituídos de uma sala para um elevado número de alunos, sofrem com ausência de laboratórios, bibliotecas e recursos eletrônicos, dificuldades de acesso à energia elétrica, além da precariedade do abastecimento de água e das condições sanitárias. Estes fatores resultam em altas taxas de analfabetismo, distorção idade-série e baixa qualificação dos estudantes.

Nas escolas ribeirinhas, a comunidade escolar enfrenta, ainda, anualmente, as alterações naturais dos rios, havendo necessidades específicas que precisam ser consideradas nas estratégias de planejamento e gestão educacional. O Estado do Amazonas conta com períodos de enchente, cheia, vazante e seca, que configuram todo o modo de vida das populações ribeirinhas, modificando as formas de transporte, atividades econômicas e organização social.

Para Saviani (2016), deve haver um currículo para cada região, um currículo para cada escola, quiçá, para cada classe, ou seja, o currículo deve respeitar e estar atento à realidade de sua escola. Deve-se também prever formas de flexibilização perante as adversidades que surgem ao longo do ano letivo, garantindo a resiliência pedagógica e facilitando a funcionalidade da prática educacional. Entretanto, as escolas rurais utilizam o mesmo currículo

das escolas urbanas (PRAZERES; CARMO, 2011), descumprindo o que diz o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à adequação das peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural. (BRASIL, 1996, p.10).

E como são tratadas como extensão do ensino urbano, as escolas rurais não recebem suporte adequado. A escola analisada nesse estudo não recebe suporte das secretarias de educação estadual e municipal. Conforme Art.º 9 da Lei a Lei nº 9.394/96, o governo deve incumbir-se de:

Prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas; de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva. (BRASIL, 1996, p. 12).

Diante dessa realidade, os educadores necessitam de preparo material e emocional para enfrentamento das dificuldades e construção de mecanismos de resiliência. Porém, nas áreas rurais, principalmente em áreas ribeirinhas onde a dificuldade de acesso é maior devido às grandes distâncias das cidades, a maioria dos professores não possui formação adequada para atuar nesse sistema educacional, o que resulta em alta rotatividade e baixo rendimento escolar (RODRIGUES, 2009).

Construir uma identidade não depende exclusivamente de seu querer, mas exige se inserir em um espaço discursivo onde identidades são produzidas e processadas. Exige estudar a materialidade, política e geografia da vida cotidiana – e não apenas a dimensão simbólica-discursiva.

O próximo capítulo, em duas partes, apresenta o conceito de Associação de Pais e Mestres, a partir da legislação pertinente e alguns estudos teóricos sobre tal organismo. De outro lado, relata a experiência comunitária desenvolvida pela Escola Municipal São Francisco das Chagas, de Nova Criatura.

4 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)

A Associação de Pais, Mestres e Comunidade (APMC) é uma entidade jurídica de direito privado, criada com a finalidade de colaborar para o aperfeiçoamento do processo educacional, para a assistência ao escolar e para a integração escola-comunidade. Atualmente, sua principal função é atuar, em conjunto do Conselho de Escola, na gestão da unidade escolar, participando das decisões relativas à organização e funcionamento escolar nos aspectos administrativos, pedagógicos e financeiros.

Há um regulamento para APM através do Decreto n° 12.983, de 15 de dezembro de 1978, alterado pelo Decreto n° 48.408, de 06 de janeiro de 2004, foi estabelecido o Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres, e este é o instrumento que dispõe sobre as finalidades, atribuições e deveres para seu funcionamento como instituição.

O Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres (APM) está amparado pelo Decreto n.º 12.983 de 15 de dezembro de 1978, com as disposições do novo Código Civil Brasileiro, o mesmo foi alterado pelo Decreto n.º 48.408 de 6 de janeiro de 2004, que traz:

1 - Missão da APM

A APM, instituição auxiliar da escola, terá por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escola-comunidade. Como entidade com objetivos sociais e educativos, não terá caráter político, racial ou religioso e nem finalidades lucrativas.

2 – Objetivos da APM

I - colaborar com a Direção do estabelecimento para atingir os objetivos educacionais colimados pela escola;

II - representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos junto à escola;

III - mobilizar os recursos humanos, materiais e financeiros da comunidade, para auxiliar a escola, provendo condições que permitam:

a)- melhoria do ensino;

b)- o desenvolvimento de atividades de assistência ao escolar, nas áreas sócioeconômica e de saúde;

c)- a conservação e manutenção do prédio, do equipamento e das instalações;

d)- a programação de atividades culturais e de lazer que envolvam a participação conjunta de pais, professores e alunos;

e)- a execução de pequenas obras de construção em prédios escolares, que deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE.

IV - colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ociosos, ampliando-se o conceito de escola como

“Casa de Ensino” para “Centro de Atividades Comunitárias”;

V - favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando:

a)- aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos;

b)- aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.[...]

O mandato da Diretoria da APM é de um ano, devendo o Diretor da Escola, ao final do mesmo, convocar a equipe escolar (vice-diretor, coordenador pedagógico, pessoal administrativo e professores), pais dos alunos e os alunos maiores de 18 (dezoito) anos, para a Assembleia Geral que será presidida pelo mesmo. Compete à Assembleia Geral eleger o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal. Cabe ao Conselho Deliberativo eleger os membros da Diretoria Executiva e divulgar os nomes dos escolhidos a todos os associados.

A APM é administrada pela Assembleia Geral constituída por todos os associados; Conselho Deliberativo constituído de: Diretor da Escola o seu presidente nato, e os demais componentes: Professores, Pais de alunos, Alunos maiores de 18 (dezoito) anos, Sócios admitidos; Diretoria Executiva constituída por: Diretor Executivo, Vice-diretor Executivo, secretário, Diretor Financeiro, Vice-diretor Financeiro, Diretor Cultural, Diretor de Esportes, Diretor Social, Diretor de Patrimônio. Obs. O Diretor Financeiro; Conselho Fiscal será constituído por pais de alunos e representante do quadro administrativo ou docente da Escola.

Diante disso, conforme aborda Abranches apud Spósito:

Experiências de democratização da escola são encontradas em projetos educacionais da Escola Nova, na década de 1920, com uma proposta educativa explícita de desenvolver na criança os sentimentos comunitários que garantiriam a vida democrática, além da proposta de permitir a colaboração da família na obra da escola, mesmo que essa participação caracterizasse um trabalho assistencial da escola junto à comunidade. Também a reforma da instrução pública no Estado de São Paulo, na década de 1930, empreendida por Lourenço Filho e a reforma de Fernando Azevedo no Distrito Federal, são apontados por alguns autores como marco introdutório das Associações de Pais e Mestres nesse período. A partir de 1950, foram ainda instituídos os órgão de cooperação escolar que determinavam instituições de auxílio à escola,

congregando pais e mestres e destinados a gerir a pobreza da escola pública, atendendo aos alunos necessitados. (ABRANCHES, 2006, p.43).

A APM tem por finalidade colaborar no aprimoramento do processo educacional, na assistência ao escolar e na integração família-escolacomunidade. Os objetivos da APM são de natureza social e educativa, sem caráter político, racial ou religioso e sem finalidades lucrativas.

Libanêo (2004) também ressalta que a participação dos pais na escola se dá através da inserção necessária dos mesmos, nos movimentos orgânicos e de legitimidade legais da comunidade escolar, como os conselhos escolares ou associações de pais.

A presença da comunidade na escola, especialmente dos pais, tem várias implicações. Prioritariamente, os pais e outros representantes participam do conselho de escola, da associação de pais e mestre (ou organizações correlatas) para preparar o projeto pedagógico-curricular e acompanhar e avaliar a qualidade dos serviços prestados. (LIBÂNEO, 2004 pág. 144).

Nesta perspectiva, conforme se observa, sabe-se que, por meio da Associação de Pais e Mestres (APM), instituição auxiliar bastante conhecida nas escolas públicas é que são possibilitados um maior envolvimento dos pais na vida escolar dos alunos e essa participação além de propiciar uma educação de qualidade correspondem aos ideais pedagógicos da gestão democrática participativa. Abranches (2006, p.14) confirma a importância dos colegiados para a efetivação do processo democrático no interior das escolas públicas e ressalta que:

Os órgãos colegiados têm possibilitado a implementação de novas formas de gestão por meio de um modelo de administração coletiva, em que todos participam dos processos decisórios e do acompanhamento, execução e avaliação das ações nas unidades escolares, envolvendo as questões administrativas, financeiras e pedagógicas. (ABRANCHES, 2006, pág.14).

Dentro desse contexto, deve-se começar a discutir em relação à gestão democrática, pois, como já citado e respaldado pela autora em relação à nova administração, o gestor escolar é quem tem a maior autoridade dentro do espaço escolar e é ele o responsável pelo mesmo. No entanto, para melhor administrarse, ele pode contar com o auxílio dos integrantes dos colegiados e das instituições auxiliares, e neste caso, dos membros da APM.

No Brasil, a gestão democrática escolar é considerada um dos princípios da educação nacional. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 206º

(BRASIL, 1988), prescreve que o ensino “será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

Ao ser instituída, na forma da lei, a gestão democrática tornou-se um imperativo legal. Na LDB, ela está explicitada nos artigos 3º, 14º, 15º e 56º. Os dois primeiros tratam da educação básica e o último sobre o ensino superior – que não é o objeto deste trabalho.

O Artigo 3º institui a gestão democrática como um dos princípios do ensino público, de acordo com a legislação estadual e municipal – que regem as redes de ensino desde as creches até o ensino médio em todo o país – devem ser baseadas na gestão democrática.

- Art. 3º** O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:
- I** - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; **II** - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
 - III** - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
 - IV** - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
 - V** - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
 - VI** - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
 - VII** - valorização do profissional da educação escolar;
 - VIII**- gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; **IX** - garantia de padrão de qualidade;
 - X** - valorização da experiência extra-escolar;
 - XI** - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
 - XII**- consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
 - XIII** - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
 - XIV** - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

O Artigo 14º e 15º, por sua vez, estabelece que as normas de gestão democrática desses sistemas de ensino deverão ter como princípios:

- Art. 14** - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

- I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;
 - II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público.

De acordo com artigo acima, a gestão democrática escolar deve acontecer, por meio da participação dos profissionais de cada unidade, no processo de construção do projeto pedagógico de cada escola, incluindo gestores, professores e funcionários. A gestão democrática também compreende a participação da comunidade escolar – gestores, professores, funcionários, alunos, pais de alunos, e comunidade local, residente ou frequentadora do entorno da escola – em conselhos escolares ou equivalentes, temos que abarcar as APMs.

A escola municipal São Francisco das Chagas está localizada na comunidade Nova Criatura, Rio Juma, zona rural no município de Autazes. Criada pela Lei Municipal nº 157/2015/PMA-GP no dia 28 de dezembro de 2015 e publicada no Diário Oficial dos municípios do Estado do Amazonas no dia 30 de dezembro de 2015. A instituição pertence ao polo Mamori, entidade mantenedora SEMED, tendo como público-alvo corpo discente da comunidade escolar, atende desde a educação infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental.

Além muitas dificuldades para manter seu funcionamento, (incluindo principalmente a falta de materiais didáticos para suporte aos docentes nas práticas pedagógicas) muito por conta da localização geográfica, e o seu difícil acesso. Levando em conta a logística para chegar à sede do município, a Secretaria de Educação, enfrentava-se a burocracia para receber os materiais, pois a escola tinha um número inferior a 50 alunos, o recebimento dos recursos pelo Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) era feito por intermédio da Prefeitura, e muitas vezes para consegui, tínhamos que fazer várias viagens, somando despesas altas de transporte o que tornava inviável. Diante da situação, a comunidade escolar, liderada pela Gestora da Escola, decidiu por criar sua própria Unidade Executora (APMC - Associação de Pais

Mestres e Comunitários), para que o recurso fosse administrado diretamente pela escola.

De acordo com o (Anexo 1), aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2017, às 8:00 horas, em uma das dependências da Escola Municipal São Francisco das Chagas, comunidade Nova Criatura, Rio Juma, zona rural do município de Autazes, AM, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição, Eleição e Posse os senhores membros fundadores do Conselho Escolar da Escola, em proclamação unânime e moradora da comunidade, assume a presidência dos trabalhos na escola. A presidente declarou definitivamente fundado e constituído o Conselho Escolar “Rio Juma” e deu início ao processo eleitoral para escolha da Diretora Executiva e da Comissão Fiscal para biênio de 26 de outubro de 2017 a 26 de outubro de 2019, uma chapa única para votação, ficando assim constituído. A presidente após apurados os votos, deu posse imediata aos eleitos para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data, ficando livre a palavra como ninguém desejasse usá-la a presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da ata. E depois de reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pela Presidente da assembleia e por todos os demais presentes que passam a ser considerados membros fundadores.

Diante do exposto acima, começou mais um grande desafio, a escola precisava naquele momento, de recurso financeiro para pagamento da autenticação de documentos burocráticos como: (Ata de Constituição, Estatuto Social) bem como a Abertura de CNPJ. Documentos estes, como requisitos básicos e obrigatórios para a consolidação da (APMC) (ANEXO 2).



(Figura 8: rifas e doações para ajudar no levantamento de verbas para cobrir custos operacionais. Foto Claete Almeida Aida)

Para a continuidade do Projeto, a comunidade escolar planejou ações com objetivo de arrecadar recursos financeiros, para o pagamento das despesas mencionadas. Uma vez arrecadado o recurso, foi realizada a Assembleia Geral para a constituição da APMC, redigida a Ata de constituição e Estatuto Social, que posteriormente foi encaminhada ao Cartório local para Autenticação. Depois de Autenticada Ata e Estatuto, foi encaminhada a documentação para profissional de contabilidade, para fins de abertura de CNPJ.

O próximo passo, foi encaminhar toda a documentação para a Secretaria de Educação onde foi cadastrado no Banco de dados do FNDE, ficando apto a receber os recursos do PDDE.

Ressalta-se que a partir desse momento, a escola passou a receber os recursos do PDDE - Educação Básica, que é um recurso liberado pelo programa anualmente, em caráter suplementar. Para auxiliar nas atividades pedagógicas da escola.

Considerando que apesar das dificuldades encontradas no âmbito escolar, em relação a serviços públicos, como logística e comunicação por exemplo, o corpo docente e discente sempre estava a disposição e unidos para o desempenho da escola. O êxito foi alcançando com ações que envolvessem todos da comunidade e localidade, em agradecimento a Secretaria de Educação e aos professores pela oportunidade de apresentar nossas ações.

Vendo assim, na perspectiva educacional, a discussão de uma gestão democrática, significa tomar referências como: uma direção escolar que partilha e distribui poder de forma linear; que os membros da comunidade escolar desenvolvem uma auto compreensão de sujeitos de direitos e ativos para compartilhar decisões coletivas; que esses espaços de direitos se efetivem, nas instâncias colegiadas dentro das escolas públicas; o respaldo legal de formar uma Associação de Pais, Mestres e Comunidade (APMC) (BALIEIRO, 2016).

Diante do exposto, este trabalho pôde-se compreender o papel da APMC da Escola Municipal São Francisco das Chagas localizada na comunidade Nova Criatura, Rio Juma no município de Autazes, Amazonas nos processos decisórios na escola e no processo ensino aprendizagem.





(Figuras 9 e 10: melhorias na escola após receber recursos do PDE. Foto Claete Almeida Aida)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se observar, no decorrer deste estudo, que a Associação de Pais e Mestres é um importante meio para facilitar a aproximação dos pais à vida escolar dos filhos e nos processos decisórios da escola no ensinoaprendizagem. A inserção e participação da APM promove integração entre família-escola-comunidade, esfera importante para cumprimento das funções que lhe são destinadas.

Observa-se que apesar das dificuldades encontradas na escola, seja elas em relação aos serviços públicos como logística e comunicação, o corpo docente e discente sempre se mostrou proativo para desempenhar o melhor no dia a dia. Envolver todos da comunidade e região permitiu cumprir com êxito a criação da APM e abdicar de seu importante papel num ambiente escolar e os agradecimentos para os professores e a Secretaria de Educação pelo auxílio e prontidão nas dificuldades encontradas.

Por fim, percebe-se ao investigar a partir de documentos das atas do conselho escolar, a efetivação de uma gestão democrática/participativa, pois há evidências que registram isto e que a APM cumpre na instituição de ensino com suas finalidade e funções descritas em seu Estatuto Social Padrão.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro:

Zahar, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Diretrizes e Bases da Educação. Brasília, DF: MEC, 1996.

BRASIL, **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

ELALI, G. V. M. A. **O ambiente da escola: uma discussão sobre a relação escolanatureza em educação infantil**. 2003.

Google Maps, 2021. **Município de Autazes, AM.**: Google Maps < <https://goo.gl/maps/upKhcXsVr2X1S73S7> >. Acessado em: Novembro de 2021.

Google Maps, 2021. **EM São Francisco das Chagas, Nova Criatura, Autazes, AM.**: Google Maps < <https://goo.gl/maps/UG8FV66m1qeRxPvh8> > Acessado em: Novembro de 2021.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, Para quê?**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MENDONÇA, M. **Etnobotânica e saber tradicional**. In: FRAXE, Therezinha, PEREIRA; Henrique; WITKOSKI, Antônio (Orgs.). Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais. Manaus: EDUA, 2007, v. 2, p.

NOGUEIRA, M. N. L.; SOUZA, L. O. **Educação Ambiental: um estudo de caso em uma comunidade ribeirinha do Estado do Amazonas**. Ensino Em Re-Vista. Uberlândia, MG. v.26 , n.2, p.320-344. 2019.

OLIVA, J. **A educação ambiental na escola**. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação a Distância. Textos da Série Educação Ambiental do Programa Salto para o Futuro. Brasília, jun. 2000.

PRAZERES, M. S. C.; CARMO, E. S. **Educação do campo e políticas públicas na Amazônia: desafios e possibilidades**. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 25. [e] CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 2., 2011, São Paulo.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**/ trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Resumo do Estatuto Padrão das Associações de Pais e Mestres (APM). Decreto n.º 12.983 de 15 de dezembro de 1.978, com as disposições do novo Código Civil Brasileiro, modificado pelo Decreto n.º 48.408 de 6 de janeiro de 2.004. Disponível em:

<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1978/decreto-12983-15.12.1978.html>> Acesso em: 03 nov. 2021.

SAVATER, F. **O valor de educar**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAVIANI, D. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da base nacional comum curricular**. Movimento Revista de Educação, Niterói, v. 3, n. 4, p. 5484, 2016.

SPERB, D. C. **Administração e Supervisão Escolar**. Porto Alegre: Globo, 1976. Trabalho Final de Graduação, Universidade Estadual Paulista, Bauru. 2006.

SPÓSITO, M. P. **Educação, gestão democrática e participação popular**. In: BASTOS, João Baptista (Org.). Gestão democrática. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 2001.

SHAPIRO, J.; BLACHER, J.; LOPEZ, S. R. **Maternal reactions to children with mental retardation**. Em J. A. Burack; R. M. Hodapp & E. Zigler (Orgs.), Handbook of mental retardation and development. Cambridge University Press. 1998.

TÖNNIES, F. **Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais**. In:

FERNANDES, Florestan (Org.) *Comunidade e sociedade*. 1 ed. São Paulo: Nacional, 1973, p. 97- 285.

WEBER, L. **Eduque com carinho: equilíbrio entre amor e limites**. Curitiba: Juruá, 2007.

ANEXOS

ANEXO I – ATA DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017.

Ata de Constituição, Eleição e Posse do Conselho Escolar da Escola Municipal São Das Chagas, realizada no dia 26 de outubro de 2017.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2017, às 8:00 horas, em uma das dependências da escola Municipal São Francisco das Chagas, comunidade Nova Criatura, Rio Juma, zona rural do município de Autazes-AM, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição, Eleição e Posse os senhores membros fundadores do Conselho Escolar da Escola acima citada. Assumiu a presidência dos trabalhos, por aclamação unânime, a senhora, **Claete Almeida Aida**, gestora da escola, moradora da comunidade cito acima, para secretariar a sessão, a que aceitei. A pedido da presidência dos trabalhos, li a ordem do dia, que tem o seguinte teor: a) Aprovação do Estatuto do Conselho Escolar; b) Constituição e fundação definitiva do Conselho Escolar; c) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e da Comissão Fiscal. Iniciando-se os trabalhos, a presidente saudou a todos e solicitou que procedesse à leitura do Estatuto do Conselho Escolar, cujas cópias já haviam sido distribuídas aos presentes. Finda a leitura, o mesmo foi submetido a votação, no qual foi aprovado sem emendas ou modificações. A seguir, a presidente declarou definitivamente fundado e constituído o Conselho Escolar "Rio Juma" da Escola Municipal São Francisco das Chagas. Prosseguindo, deu-se, início ao processo eleitoral para escolha da Diretoria Executiva e da Comissão Fiscal, para o biênio de **26 de outubro de 2017 a 26 de outubro de 2019**, que ocorreu com chapa única, por não haver membros suficientes para a formação de duas chapas. Sendo assim os votos foram por aprovação em "Sim" ou "Não". Votaram membros de todos os seguimentos e não houve votos em brancos ou nulo, ficando assim constituído:

Diretoria Executiva – Presidente: Elisângela de Souza Lopes, CPF Nº 596.354.872-15, RG Nº 1249350-3; **Vice-Presidente: Raimunda Antônia Viana da Costa , CPF Nº 509.085.372-04, RG Nº 894462;** **Secretário Geral: Adão Leles Pereira, CPF Nº942.253.622-72, RG Nº 2184881-5;** **1º Secretário: Eleita Souza da Silva, CPF Nº015.769.972-27, RG Nº 2097030-7;** **Tesoureiro: Abinoã da Costa Miranda, CPF Nº004.867.202-50, RG Nº2347921-3;** **1º Suplente: João Guimarães dos Santos, CPF Nº 229.933.472-68, RG Nº 0574145-9;** **2º Suplente: Noemi de Souza Viana, CPF Nº018.076.522-11, RG Nº 2646247-8.** **Comissão Fiscal – Presidente: Claete Almeida Aida, CPF Nº 002.360.852-80, RG Nº 2405018-0;** **1º Fiscal: Marlúcia Tavares Alves, CPF Nº879.977.382-15, RG Nº 2195823-8;** **2º Fiscal: Rozineide Ferreira dos Santos, CPF Nº 006.768.342-80, RG Nº 2466004-3.** A presidente após apurados os votos, deu posse imediata aos eleitos para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data, ficando livre a palavra e como ninguém desejasse usá-la a presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da ata. E depois de reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pela Presidente da assembleia, por mim secretaria e por todos os demais presentes que passam a ser considerados membros fundadores.



Autazes, 26 de outubro de 2017.

Presidente da Assembleia: Claete Almeida Aida
 Secretário da Assembléia: Abinoã da Costa Miranda

Diretoria Executiva:

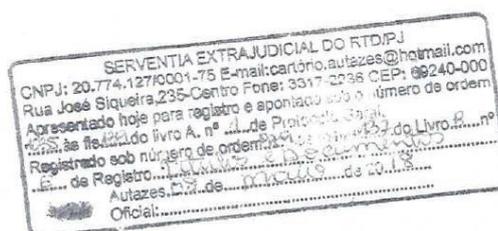
Presidente: Elizangela de Souza Lopes
 Vice-Presidente: Raimunda Antônia Viana da Costa
 Secretário Geral: Adão Leles Pereira
 1º Secretário: Eleita Souza da Silva
 Tesoureiro: Abinoã da Costa Miranda
 1º Suplente: João Guimarães dos Santos
 2º Suplente: Noemi de Souza Viana

Comissão Fiscal:

Presidente: Claete Almeida Aida
 1º Fiscal: Marlúcia Tavares Alves
 2º Fiscal: Rozineide Ferreira dos Santos

Assinaturas:

Adão Leles Pereira
 Joana da Silva Alves
 Raimunda Antônia Viana da Costa
 Noemi de Souza Viana
 Elizangela de Souza Lopes
 José Nery
 Marlúcia Tavares Alves
 Claete Almeida Aida
 Elizângela Veiga da Silva
 Suzana da Silva Pereira
 Sara Vieira Gomes
 Sílvia Oliveira Pereira
 Gabriel Viana da Costa
 Clenilson Marques do Nascimento
 Façanha Leles Martins
 Aílson Santos de Oliveira
 José Raimundo de Melo Lima
 Cleomara da Silva Cândido
 Sandra Alves Guerreiro



1

Ata de Constituição, Eleição e Posse do Conselho
Escolar da Escola Municipal São Francisco das Chagas,
realizada no dia 26 de outubro de 2017.

Por vinte e seis dias do mês de outubro de 2017, às 8:00h, em uma das
salas da escola Municipal São Francisco das Chagas, comunidade
da Criatura, Rio Juma, zona rural do município de Antezero-Açu, reuniram-se
a Assembleia Geral de Constituição, Eleição e Posse os seguintes membros por
ordem do Conselho Escolar da Escola acima citada. Assumiu a presidência dos
trabalhos por aclamação unânime, a senhora Cleide Almeida Cida, gestora da es-
cola, moradora da comunidade, convidando a mim, Aliméia da Costa Marcondes
depois também moradora da comunidade citada acima, para secretariar a ses-
são a que assiste. A pedido da presidente dos trabalhos, li a ordem do dia, que
tem a seguinte interpretação do Estatuto do Conselho Escolar: a) Constituição e
fundação definitiva do Conselho Escolar; b) Eleição e Posse da Diretoria Executiva
e da Comissão Fiscal. Iniciando-se os trabalhos a presidente saudou a
todos e solicitou que procedesse a leitura do Estatuto do Conselho Escolar,
cuja cópia já haviam sido distribuídas aos presentes. Fimada a leitura,
mesmo foi submetido a votação no qual foi aprovada, sem emendas ou
modificações. A seguinte presidente declarou definitivamente fundado e
constituído o Conselho Escolar "Rio Juma" da escola municipal São Francis-
co das Chagas. Presunção de direito ao início do processo eleitoral para a con-
stituição da Diretoria Executiva e da Comissão Fiscal para o biênio de 26 de
outubro de 2017 a 26 de outubro de 2019, que ocorreu em chapa única, por
não haver membros suficientes para a formação de duas chapas. Porém as
votos foram por aprovação em "SIM" ou "NÃO". Votaram membros de todas
as seguintes e não houve voto em branco ou nulo, ficando assim constitu-
tudo: Diretoria Executiva - Presidente: Elinângela de Souza Lopes, CPF: 596.351.872-15
RG: 124.9350-3; Vice Presidente: Raimunda Antônia Viana da Costa, CPF: 509.659.372-09
RG: 894462; Secretário Geral: Adão Luis Pereira, CPF: 949.253.622-72, RG: 2104221-5;
e Secretário: Elieita Souza da Silva, CPF: 015.769.972-27, RG: 2097030-7; Tesoureiro:
Aliméia da Costa Marcondes, CPF: 004.367.202-50, RG: 2347924-3; 1º Suplente: João Queiroz
Viana dos Santos, CPF: 229.933.472-68, RG: 0574145-9; 2º Suplente: Isomir de Souza
Viana, CPF: 013.076.522-11, RG: 2646247-8. Comissão Fiscal. Presidente: Cleide Almeida
Cida, CPF: 002.366.852-20 RG: 2405018-0; 1º Fiscal: Marliana Tavares Alves, CPF: 879.977.322-

- 15, RG: 9195223-8, 2º Fiscal: Rosimeide Ferreira dos Santos, CPF: 006.768.342-
80 RG: 2466024-3.

A Presidente após apurado os votos, deu posse imediata aos elitos para suas funções e atribuições que se iniciaram nesta data ficando livre a palavra e como ninguém despesse, virá-la a presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para se humatar a ata. E depois de rubricada a ata, a mesma foi lida e aprovada, e segue assinada pela Presidente da assembleia, por todos os membros e por todos os demais presentes que passam a ser considerados membros fundadores.

Ata nº 26 de outubro de 2014

Presidente da Assembleia: Chute Almeida Aida

Secretária da Assembleia: Raimunda Antonia Viana da Costa

Diretora Executiva: Presidente: Elizângela de Souza Lopes

Vice-Presidente: Raimunda Antonia Viana da Costa

Secretário Geral: Adão Lelis Perreira

1º Secretário: Elita Souza da Silva

Tesoureiro: RAINDA DA COSTA MACHADO

1º Suplente: João Guilherme dos Santos

2º Suplente: Neomi de Souza Viana

Comissão Fiscal: Presidente: Chute Almeida Aida

1º Fiscal: Marluceia Tavares Alves

2º Fiscal: Rosimeide Ferreira dos Santos

Demais Assinaturas:

1 Adão Lelis Perreira

Joana dasilva Alves

Raimunda Antonia Viana da Costa

Neomi de Souza Viana

RAINDA DA COSTA MACHADO

Elizângela de Souza Lopes

João Nery

Marluceia Tavares Alves

Chute Almeida Aida

Elizângela Veiga da Silva

Neomi de Souza Viana

~~para minha nome~~
 Silvia oliveira Pereira
 abertura via da carta
 Matéria: ~~matéria de nascimento~~
 - agombor Belleo Oliveira
 Wilson Santos de Oliveira
 avaliação Tarcis plus
 Elizabetha Veiga da Silva
 José Samuel de Almeida
 Helena da Silva
 Sandoval dos Guerreiro

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL DO RTDIJ
 CNPJ: 20.774.127/0001-75 E-mail: cartório.autazes@hotmail.com
 Rua José Siqueira 235-Centro Fone: 33 7-2286 CEP: 69240-000
 Apresenta o livro para registro e apontamento número de ordem
 9489
 Registrado em 09/08/2018 de Livro nº 123
 de Registro nº 123 de 2018
 Autazes, Cidade, 11 de Agosto de 2018
 Oficial:



ANEXO II – REGISTRO EM CARTÓRIO: CERTIDÃO DA ATA DE CONSTITUIÇÃO, ELEIÇÃO E POSSE DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL SÃO FRANCISCO DAS CHAGAS, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO AMAZONAS – COMARCA DE AUTAZES
CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO NOTARIAL E REGISTRAL
CNPJ: 28.774.127/0001-75
TITULAR - LOURIVAL LOPES BRITO
SUBSTITUTO - LOURIVAL LOPES BRITO JUNIOR



CARTÓRIO BRITO
FRANCISCA DAS CHAGAS PIERRE BRITO
ARISTOTELES DE QUEIROZ PIERRE NETO
-ESCREVENTES
EMAIL: cartório.autazes@hotmail.com – Fone: (92) 3317-2286

CERTIDÃO

LOURIVAL LOPES BRITO, Oficial do Registro de Civil das Pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos e Protestos de Letras da Comarca de Autazes, Estado do Amazonas, etc.

CERTIFICO em virtude a atribuições que por lei me são conferidas e a requerimento verbal de parte interessada, que revendo o arquivo desta Serventia a meu cargo, verifiquei constar Ata de Constituição, Eleição e Posse do Conselho Escolar da Escola Municipal São Francisco das Chagas, Apresentada hoje para registro por seu presidente: **ELISÂNGELA DE SOUZA LOPES**, brasileiro, portador do RG nº 1249350-3 SSP/AM e CPF: 596.354.872-15, residente e domiciliado nesta cidade, apresentado para Registro no Livro A número 1, de Protocolo Geral sob o número 1035 do Livro B número TRÊS (B Nº 6) de Registro Especial de Títulos e Documentos, cujo inteiro teor é o seguinte: Ata de Constituição, Eleição e Posse do Conselho Escolar da Escola Municipal São Francisco das Chagas, realizada no dia 26 de outubro de 2017. **Aos vinte e seis dias do mês de outubro do ano de 2017, às 8:00 horas, em uma das dependências da escola Municipal São Francisco das Chagas, comunidade Nova Criatura, Rio Juma, zona rural do município de Autazes-AM**, reuniram-se em Assembleia Geral de Constituição, Eleição e Posse os senhores membros fundadores do Conselho Escolar da Escola acima citada. Assumi a presidência dos trabalhos, por aclamação unânime, a senhora, **Claete Almeida Aida**, gestora da escola, moradora da comunidade, convidando a mim, **Abinoã da Costa Miranda** professor também morador da comunidade cito acima, para secretariar a sessão, a que aceitei. A pedido da presidência dos trabalhos, li a ordem do dia, que tem o seguinte teor: a) Aprovação do Estatuto do Conselho Escolar; b) Constituição e fundação definitiva do Conselho Escolar; c) Eleição e Posse da Diretoria Executiva e da Comissão Fiscal. Iniciando-se os trabalhos, a presidente saudou a todos e solicitou que procedesse à leitura do Estatuto do Conselho Escolar, cujas cópias já haviam sido distribuídas aos presentes. Finda a leitura, o mesmo foi submetido a votação, no qual foi aprovado sem emendas ou modificações. A seguir, a presidente declarou definitivamente fundado e constituído o Conselho Escolar “Rio Juma” da Escola Municipal São Francisco das Chagas. Prosseguindo, deu-se, início ao processo eleitoral para escolha da Diretoria Executiva e da Comissão Fiscal, para o biênio de **26 de outubro de 2017 a 26 de outubro de 2019**, que ocorreu com chapa única, por não haver membros suficientes para a formação de duas chapas. Sendo assim os votos foram por aprovação em “Sim” ou “Não”. Votaram membros de todos os seguimentos e não houve votos em brancos ou nulo, ficando assim constituído: **Diretoria Executiva – Presidente: Elisângela de Souza Lopes, CPF Nº 596.354.872-15, RG Nº 1249350-3,; Vice-Presidente: Raimunda Antônia Viana da Costa, CPF Nº 509.085.372-04, RG Nº 894462; Secretário Geral: Adão Leles Pereira, CPF Nº 942.253.622-72, RG**

Nº 2184881-5; 1º Secretário: Eleita Souza da Silva, CPF Nº015.769.972-27, RG Nº 2097030-7; Tesoureiro: Abinoã da Costa Miranda, CPF Nº004.867.202-50, RG Nº2347921-3; 1º Suplente: João Guimarães dos Santos, CPF Nº 229.933.472-68, RG Nº 0574145-9; 2º Suplente: Noemi de Souza Viana, CPF Nº018.076.522-11, RG Nº 2646247-8. Comissão Fiscal – Presidente: Claete Almeida Aida, CPF Nº 002.360.852-80, RG Nº 2405018-0; 1º Fiscal: Marlúcia Tavares Alves, CPF Nº879.977.382-15, RG Nº 2195823-8; 2º Fiscal: Rozineide Ferreira dos Santos, CPF Nº 006.768.342-80, RG Nº 2466004-3. A presidente após apurados os votos, deu posse imediata aos eleitos para suas funções e atribuições que se iniciam nesta data, ficando livre a palavra e como ninguém desejasse usá-la a presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura da ata. E depois de reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pela Presidente da assembleia, por mim secretaria e por todos os demais presentes que passam a ser considerados membros fundadores. Autazes, 26 de outubro de 2017. **Presidente da Assembleia: Claete Almeida** Ainda Secretário da Assembléia: Abinoã da Costa Miranda **Diretoria Executiva:** Presidente: Elizangela de Souza Lopes Vice-Presidente: Raimunda Antônia Viana da Costa Secretário Geral: Adão Leles Pereira 1º Secretário: Eleita Souza da Silva Tesoureiro: Abinoã da Costa Miranda 1º Suplente: João Guimarães dos Santos 2º Suplente: Noemi de Souza Viana **Comissão Fiscal:** Presidente: Claete Almeida Ainda 1º Fiscal:Marlúcia Tavares Alves 2º Fiscal:Rozineide Ferreira dos Santos **Assinaturas:** Adão Leles Pereira Joana da Silva Alves Raimunda Antônia Viana da Costa Noemi de Souza Viana Elizangela de Souza Lopes José Nery Marlúcia Tavares Alves Claete Almeida Ainda Elizângela Veiga da Silva Suzana da Silva Pereira Sara Vieira Gomes Silvia Oliveira Pereira Gabriel Viana da Costa Clenilson Marques do Nascimento Façanha Leles Martins Aílson Santos de Oliveira José Raimundo de Melo Lima Cleomara da Silva Cândido Sandra Alves Guerreiro. Era o que se continha em referida Ata, aqui bem e fielmente transcrita de seu próprio original. **EMOLUMENTOS:** Os previstos na Tabela de Custas Judiciais e dos Emolumentos devidos pela Interior do Estado do Amazonas atualizada pelo Provimento nº 265/2015 CGJ/AM de 17/12/2015 nos termos do artigo 23 da Lei Estadual nº 3.929/2013, constantes no selo a seguir transcrito: SELO ELETRÔNICO DE FISCALIZAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAZONAS, SELO REGTIT004648PP9 11518RD7C9N08, REGISTRO INTEGRAL DE TÍTULOS E DOCUMENTOS, Valor ato: R\$ 301,50, Valor emolumentos: R\$ 480,06, Data/Hora da utilização: 08/05/2018-08:55:42, Emitido por: FRANCISCA DAS CHAGAS PIERRE BRITO, FUNETJ: R\$ 8,01 FUNDPAM: R\$ 4,01 FUNDPGE: R\$ 2,41 FARPAM: R\$ 4,01, Consulte o selo em cidadao.portalseloam.com.br Eu, Francisca das Chagas Pierre Brito, Escrevente juramentado a digitei. Eu.....^{FRB}.....Tabelião, conferi, subscrevi e assino em público e raso.

O referido é verdade e dou fé

Autazes, 08 de maio de 2018



^{FRB}
Francisca das Chagas Pierre de Brito
Substituta